

Informalidade no Brasil: a sua especificidade racial entre a classe trabalhadora

Ana Luiza Almeida Passos¹

Resumo: O presente artigo analisou a situação vivida pela classe trabalhadora negra diante das dinâmicas da reestruturação produtiva e também suas manifestações através do Movimento Negro Unificado, que no final da década de 1970 forjou uma trajetória de luta contra as opressões e explorações vividas pela população negra no Brasil. Assim, através da “institucionalização” da informalidade entre todo o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo trabalhadores(as) negros(as), entendemos que as determinações que condicionaram aquele novo cenário de precarização tiveram como plano de fundo o neoliberalismo. Ainda, de forma breve, buscamos compreender como a dinâmica empreendedora se deu entre a população branca e negra no Brasil.

Palavras-chaves: Classe trabalhadora. Informalidade. Negro.

Abstract: This article analyzes the situation experienced by the black working class in the face of the dynamics of productive restructuring and its manifestations through the Unified Black Movement, that in the late 1970s forged a trajectory of struggle against the pressure and exploitation experienced by the black population in Brazil. Thus, through the “institutionalization” of informality working class as a whole, especially black workers, we understand that the determinations that conditioned this new precarious scenario had neoliberalism as their background. And still briefly, we seek to understand how the entrepreneur dynamics took place between the white and black population in Brazil.

Keywords: Working class. Informality. Black.

¹ Bacharela em Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) (2020). Possui interesse na área da Sociologia com ênfase na Sociologia do Trabalho e em estudos sobre colonização, relações de gênero e étnico-raciais e pensamento político e social latino americano.

Movimento negro unificado e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho

Em 1970, há quase um século da abolição, a situação da população negra no Brasil ainda se encontrava decadente e foi a partir disso que diversas organizações e movimentos negros se juntaram para discutir a questão da população negra no país, decidindo pela “criação de um movimento negro de carácter nacional” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 42). Surgindo, então, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que mais tarde seria chamado de MNU. O movimento surge como resposta à situação vivida pela população negra, de muita violência e precariedade em todos os âmbitos da vida, e principalmente no mercado de trabalho.

Assim, reunido em Assembleia Nacional, o MNU lança uma “Carta De Princípios”, denunciando e repudiando a condição de vida da população negra. Cientes de que o mito da democracia racial mascarava os preconceitos sofridos pela população, o movimento reivindicava acesso à educação de qualidade, acesso à cultura e lazer nos bairros periféricos e a não discriminação em lugares como clubes, restaurantes e hotéis. Ressaltaram a necessidade do ensino da história africana como forma de não folclorização e comercialização da cultura negra, mas, sobretudo, enfatizaram a situação de desemprego e subemprego as quais os negros estavam submetidos (MNU, 1978).

Para além de toda conjuntura histórica que determinava a posição do homem e da mulher negra no mundo do trabalho, as décadas de 1970 até 1990 significaram um período de maior recessão em todo mundo, de modo que isso prejudicou a reprodução da classe trabalhadora e, sobretudo, a classe trabalhadora negra que era, em sua maioria, conformada pelo trabalho informal e compunha os maiores índices de desemprego. Assim, a Carta de Princípios do MNU foi não só uma contestação sobre a condição histórica do povo negro no país, mas também ao sistema que, naquele momento, estava enrijecendo as possibilidades de existência da população negra, principalmente no mundo do trabalho, que passava por mudanças bastante significativas.

O capitalismo se constitui de transformações através das crises e, paralelamente, o mundo do trabalho também reage e se modifica com essas crises; assim, a população negra tende a ser a mais prejudicada. Uma dessas últimas crises, ocorrida nos anos 1970, resultou em uma reestruturação produtiva que remodelou todo o mundo do trabalho. Ela se apresentou através de dois episódios no cenário internacional: o primeiro foi a desvalorização do dólar estadunidense; a segunda razão se deu em 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo percebeu que o petróleo havia se tornado um importante produto no mercado, e com sua alta demanda ele seria comprado de qualquer maneira, gerando, a partir disso, vários conflitos com os Estados Unidos, e aumentando drasticamente o preço do petróleo. Antunes diz que, embora essa crise estrutural do capital tivesse profundas determinações, o capitalismo só enfrentou a crise na sua dimensão fenomênica, na superficialidade, portanto, reestruturou-se sem transformar de fato as bases fundamentais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, p. 35). Portanto, a crise não mudaria a condição estruturante de inferiorização e marginalização da população negra determinada pelo colonialismo. Assim:

(...) a crise em análise não foi mais uma crise conjuntural e passageira como outras tantas que existiram no decorrer do século 20. Ao contrário, foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação da tendência dominante nas sociedades capitalistas (BEDIN; NIELSSON, 2013, p. 38).

Dessa forma, se instaurou a crise dos anos 1970, uma crise não só do padrão dólar e do petróleo, mas também uma crise do modelo de produção e do modelo econômico. De uma estrutura que integrava emprego, qualificação da força de trabalho e os salários, a outra, que torna esses componentes dissociados e os reestrutura de forma separada, dando a origem à flexibilização da força de trabalho

(SOTELO, 2009), que significa desemprego em massa, terceirizações, fim de condições estáveis de empregos. De fato,

desde o começo da década de 1980, na América Latina a ruptura deste 'princípio de estabilidade' no trabalho revela efeitos diretos e indiretos. De forma direta, traduziu-se num 'brutal' aumento dos empregos e contratos de trabalho temporais (SOTELO, 2009, p. 148).

Dessa maneira, a reivindicação do MNU contra o fim da marginalização dos(as) negros(as), contra o subemprego e por mais oportunidade de trabalho, naquele momento significava um protesto e um modelo de vida e de trabalho que cada dia mais apartava a população negra de uma possibilidade de viver sob uma melhor condição de vida. As estatísticas demonstram que a população negra se encontrava em desvantagem perante o trabalhador branco e a Tabela 1, abaixo, elaborada através de dados extraídos do livro "*O Lugar do Negro na Força de Trabalho*" demonstra exatamente como a população negra estava inserida no mundo do trabalho assalariado e em quais ocupações:

Tabela 1 – Ocupações de trabalho por cor

| | PORCENTAGEM DA MÃO DE OBRA ² | BRANCOS | PARDOS | PRETOS |
|--|---|------------------|--------|--------|
| Ocupações não manuais (médico, engenheiro, contador, advogados, professor de segundo grau) | 5,9% | 8,5% | 2,7% | 1,1% |
| Ocupações manuais indústrias (construção civil, extração de minério, transformação) | 13,6% | 78% ³ | 75% | 60% |
| Ocupações manuais terciárias ⁴ (prestação de serviços transporte e comércio) | 10,8% ⁵ | 8,9% | 11,8 | 19,7% |

Fonte: OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985, p. 29-38; elaborada pela autora.

A partir do que é apresentado pela Tabela 1, as reivindicações do MNU sobre as condições de trabalho da população negra eram bastante pertinentes. Podemos perceber que a qualificação dos trabalhadores brancos era superior à dos trabalhadores negros, e como vimos isso fez com que brancos fossem maioria nos cargos não-manuais e nos cargos manuais, esses mesmos trabalhadores tiveram maior rendimento e melhores salários por ocuparem cargos mais qualificados ou ainda, quando o nível de instrução era parecido, brancos ganhavam mais que negros.

² A força de trabalho da época era composta por 39 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, nos quais 57,1% eram brancos, 30,9% eram pardos e 9,3% pretos.

³ Ainda que a porcentagem entre trabalhadores brancos e negros fossem próximas, o rendimento dos primeiros era maior, isso porque os brancos ocupavam cargos mais qualificados em comparação com os negros.

⁴ Embora o nível de instrução entre esses trabalhadores fosse igual, os trabalhadores negros ganhavam 65% do que ganhava o trabalhador branco.

⁵ Nas regiões urbanas desse total 22,8% é composto pela mão de obra feminina com o trabalho doméstico contra 5,8% da masculina. Dessas trabalhadoras domésticas 43,8% são pretas, 28,8% pardas e 18% brancos.

Ainda que a Tabela 1 traga dados importantes sobre a classe trabalhadora da época, os dados permeiam principalmente a questão masculina; embora tenham demonstrado a questão das empregadas domésticas, não há dados sobre a situação das trabalhadoras nas outras ocupações analisadas além do trabalho doméstico. Em vista disso, Saffioti diz que, apartando-nos das ocupações oferecidas pelo modo de produção capitalista, a presença feminina em ocupações não estruturadas pelo capitalismo é maior do que a masculina, uma vez que o trabalho doméstico não é visto como uma atividade rentável para exploração, já que o sistema lucra mais explorando outras ocupações; por isso o trabalho doméstico tem uma presença massiva de mulheres, principalmente no trabalho à domicílio, à margem de qualquer direito trabalhista (SAFFIOTI, 2001[1987]). A autora ainda diz que dentre os múltiplos trabalhos clandestinos no Brasil as mulheres são maioria, que “no mínimo a metade das trabalhadoras brasileiras não está coberta pela legislação trabalhista, uma vez que não tem carteira profissional assinada” (SAFFIOTI, 2001[1987], p. 49).

Mesmo que a Tabela 1 represente somente a porcentagem de trabalhadores formais assalariados, o contingente de trabalhadoras domésticas, formado principalmente por mulheres negras, demonstra que essas mulheres não eram trabalhadoras formais como os outros trabalhadores brancos e negros em outras ocupações, mas que essas trabalhadoras ainda se encontravam na informalidade. Isso porque, a partir do que explicita Saffioti, juntamente a construção histórica de marginalização e exclusão da população negra do mundo do trabalho formal, a população negra, e sobretudo as mulheres negras, ainda enfrentavam dificuldades de inserção no mundo do trabalho formal. E, portanto, a negação de direitos a essas trabalhadoras significava a continuação de uma condição de vida marginal.

Dessa maneira, a realidade concreta vivida pela população negra no Brasil, torna-se ainda mais crítica enquanto classe trabalhadora, por sua condição histórica, uma vez que suas socializações no capitalismo sempre estiveram às margens. Sendo assim, a crise estabeleceria

uma nova condição na qual os negros e as negras não estariam “preparados”, já que ainda estavam em adaptação ao trabalho livre, onde ainda encontravam dificuldades de inserção. A população negra ocupava as atividades mais desqualificadas, como pudemos ver na Tabela 1, na área dos serviços, do transporte, no trabalho doméstico e etc., poucos trabalhavam “por exemplo, num polo industrial como o do ABC paulista, uma vez que o nível tecnológico das indústrias ali concentradas exigia um tipo de especialização que a maioria dos trabalhadores negros não possuía” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 14). Isso, contudo, se caracteriza como divisão racial do espaço (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), porque ainda que a classe trabalhadora sofra com as dinâmicas da desigualdade econômica, as pessoas racializadas e em especial a população negra do Brasil, sofrem com o racismo que também é um mecanismo de desigualdade, que se expressa através da impossibilidade de serem e de estarem onde quiserem, e nesse caso, por não terem o acesso à educação que lhes traria a qualificação para trabalharem nessas empresas, esses trabalhadores são direcionados aos trabalhos menos qualificados. Demonstrando as facetas do racismo estrutural, nas quais os lugares que ocupamos e quem somos são condições históricas, Almeida diz que:

Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais. [...] Assim, as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. Demonstram isso a existências de distintos modos de classificação racial: no Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe explicitado na capacidade de consumo e na circulação social. Assim, a possibilidade de “transitar” em direção a uma estética relacionada

à branquitude somada aos hábitos de consumo da classe média pode fazer de alguém racialmente “branco” (ALMEIDA, 2018, p. 43).

Ainda que seja audaciosa, poderíamos fazer uma suposição sobre quem eram os trabalhadores das indústrias do grande ABC paulista, se os negros e as negras foram isolados de toda e qualquer possibilidade de ascensão social, seja através da educação, do mercado de trabalho, do acesso à terra; em consequência os imigrantes brancos e pobres que chegaram no pós abolição pela política de embranquecimento ocuparam essas possibilidades. Com isso, então, se pensamos na capacitação técnica que exigiam nessas empresas e que os negros não tinham, na maioria das vezes, nem mesmo acesso à educação básica, poderíamos afirmar que os trabalhadores das grandes indústrias do ABC paulista eram a segunda ou terceira geração desses imigrantes.

As dinâmicas neoliberais: precarização e empreendedorismo

Após a crise da reestruturação produtiva a maioria dos empregos, incluindo nos países avançados, se tornaram temporários, com baixos salários, sem direitos e naquele momento, se tornaram regra e não exceções, reduzindo cada vez mais o proletário industrial clássico (SOTELO, 2016, p. 124; ALVES, 2000, p. 68). Isso fez com que os(as) trabalhadores(as) se sujeitassem à desocupação (desemprego) levando-os(as) à informalidade e, portanto, à precarização.

Entretanto, além da reestruturação produtiva, o neoliberalismo a partir dos anos 1980 através das ações do Estado também cooperou para que de fato, a precarização se estabelecesse. O Estado como um aparato da burguesia em todas as mudanças do modo de produção capitalista planejou estratégias efetivas de consolidação dessas mudanças com: implementação do Estado mínimo, livre mercado, grandes privatizações, controle fiscal, entre outras. Assim:

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington”. [...] O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. [...] O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento (HARVEY, 2008[2005], p. 11-15).

No entanto, a população negra já estava sob esse modelo de trabalho precarizado antes mesmo que ele fosse estruturado como novo modo de acumulação capitalista, uma vez que as estruturas herdadas do período colonial dividiram funções sociais nas quais a população negra deveria pacificamente ser aceita como inferior. Agora, contudo, essa população é colocada em pé de igualdade com os brancos em funções, trabalhos e serviços nos quais eles (os brancos) não tinham interesse por serem consideradas atividades inferiores (MOURA, 1983, p. 127).

A precarização de todo o conjunto da classe trabalhadora brasileira – trabalhadores negros e brancos, considerando cada qual nos modelos de trabalho e assalariamento determinados pelas condições históricas –, vai ocupar também, na informalidade em massa, um lugar

de maior ou menor desvantagem. Se antes a população negra estava na informalidade por não ter opção, agora ele ou ela tem de disputar também na informalidade com o seu “adversário” do mundo do trabalho formal que foi atacado pelas novas dinâmicas de acumulação e de produção, e infelizmente dificultando ainda mais a reprodução da população negra.

Existem muitas nomenclaturas para esse tipo de trabalhador e uma delas são os autônomos que são caracterizados como um dos resultados da informalidade. Estes, no entanto, constituem uma categoria bastante heterogênea, que desempenham trabalhos manuais, ou intelectuais ou braçais. Porém, ainda assim, há quem possa e quem não possa escolher por se autônomo:

[...] alguns autônomos tem a opção entre emprego assalariado e biscate, sendo que a escolha pelo biscate decorre muitas vezes de sua habilidade profissional e de seu círculo de relações[...] Para outros, no entanto, muitas vezes, a possibilidade de assalariamento está totalmente fechada e o biscate é a única opção de engajamento (OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO, 1985, p. 33).

Assim então, o debate racial é inerente à informalidade e, a partir do que descrevem os autores, a população negra são os que não tem a possibilidade de acessar o trabalho formal com todos os direitos garantidos, por isso informalidade e ser autônomo(a) se caracterizam por ser a única relação possível da classe trabalhadora negra com o mundo do trabalho. Por isso, também, na informalidade não há como comparar o desempenho do trabalhador(a) informal negro(a) com o informal trabalhador(a) branco(a), por que, como foi dito anteriormente, o mundo do trabalho reestruturou-se sem transformar de fato as bases fundamentais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999), dessa forma, estruturas que geram desigualdades como, o racismo e o patriarcado tendem a se intensificar. Por isso:

Os trabalhadores autônomos manuais urbanos, brancos, possuem em média, rendimento mais elevado que os empregados manuais brancos. Para os trabalhadores autônomos negros isto, não ocorre, sendo o rendimento médio, em alguns casos, semelhantes e, em outros, inferior ao dos empregados negros nas demais categorias urbanas. [...] Podemos pensar que uma grande parte desses trabalhadores brancos pode ‘optar’ por esta forma de engajamento no mercado de trabalho, visando à obtenção de uma renda maior que a possível no caso do trabalho assalariado (OLIVEIRA, PORCARO, ARAÚJO; 1985, p. 40-41).

Ultimamente o trabalho precarizado tem ganhado uma imagem positiva e romantizada, através de frases como “espírito livre”, rejeitando o contrato de venda de força de trabalho para mergulhar na instabilidade (STANDING, 2013, p. 26), e isso se dá principalmente através do empreendedorismo que tem sido muito prestigiado, no qual o indivíduo na maioria das vezes desempregado ou necessitando complementar a renda, lança-se pelo mundo do empreendimento. Os assalariados correspondem a 60% dos trabalhadores latino-americanos e 20% são agricultores (LEDERMAN et al., 2014, apud, BIFF, ZILLI, et al; 2017), o que significa que o restante desses trabalhadores se submetem a outras formas de sobrevivência como o empreendedorismo, por exemplo, e segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor - GEM, 25% dos empreendedores do continente empreendem por necessidade, elucidando as condições de precarização e informalidade, na qual se reproduz a classe trabalhadora latino-americana.

No Brasil, como apontam dados do GEM de 2019, existem 53 milhões de empreendedores. No entanto as estatísticas sobre empreendedorismo “abrandam” as estatísticas de desemprego. Sobre isso Antunes diz que:

As consequências do enorme processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores, das condições de trabalho e da enorme flexibilização de mecanismo do mercado possibilitaram uma expansão sem precedentes do trabalho *part-time*; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregador, reduz fortemente as estatísticas de desemprego (ANTUNES,1999, p. 71).

A diminuição das estatísticas de desemprego substituídas pelos números crescentes de empreendedores faz com que esse último seja um instrumento de manipulação dos nossos Estados que, a partir disso, diminuem as políticas públicas e começam a transferir orçamentos públicos para setores privados. Assim, também os meios de comunicação, através do entretenimento e dos telejornais, utilizam o discurso meritocrático, do fim do emprego e da liberdade econômica como liberdade política (ALMEIDA, 2018, p. 161), transferindo ao trabalhador a responsabilidade sobre si mesmo, deixando-os à própria sorte, assim como aconteceu com a população ex-escravizada no pós-abolição. Porque, ainda que seja ambivalente, o precariado não é composto só de pessoas que tem controle sobre o próprio trabalho e com sucesso (STANDING, 2013, p. 27), a grande maioria é cooptada porque é a única maneira de sobrevivência diante dos altíssimos índices de desemprego.

A Tabela 2, abaixo, demonstra os resultados de uma pesquisa do GEM, na qual mostram-se os motivos pelos quais os novos empreendedores decidiram empreender.

Tabela 2 – Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio

| MOTIVAÇÃO | TAXAS |
|---|-------|
| Para ganhar a vida porque empregos são escassos | 88,4 |
| Para fazer a diferença no mundo | 51,4 |
| Para construir uma grande riqueza ou renda muito alta | 36,9 |
| Para continuar uma tradição familiar | 26,6 |

Fonte: GEM Brasil, 2019; elaborada pela autora.

Para o neoliberalismo o desemprego é algo voluntário (HARVEY, 2008[2005], p. 51), porém observa-se na tabela 2 que a romantização e exaltação do empreendedorismo são uma ilusão burguesa, que oculta o aprofundamento das condições precárias de reprodução capitalista e consequentemente colocam em evidência o caráter de marginalidade do empreendedorismo. Segundo Vale (2014), são os grupos minoritários, imigrantes, populações provenientes de estratos sociais inferiores da sociedade que recorrem ao empreendedorismo (VALE, 2014, p. 311); sendo assim, muitas pessoas têm se tornado empreendedoras não por que querem, mas sim, porque no mercado formal de trabalho não encontram oportunidades de postularem a venda de sua força de trabalho e, quando encontram, ocupam os trabalhos mais precarizados. Por isso “[...] a essência do espírito capitalista seria o desejo por afirmação e reconhecimento social, o que levaria o indivíduo a romper a tradição e a buscar novos caminhos” (SOMBART, 2001[1928], apud, VALE, 2014, p. 312).

No entanto, ainda há o caso de milhares de mulheres – principalmente mulheres negras – que precisam permanecer em casa para cuidar das crianças e de idosos, e por isso elas são aprisionadas no trabalho informal; dessa maneira o autoemprego e o

empreendedorismo se tornam as únicas maneiras que encontram para permanecerem em casa e sustentarem suas famílias. Essas mulheres estão sistematicamente destinadas a jornadas extensivas, uma vez que se dividem entre o trabalho por conta e a atividade doméstica inerente a maioria das mulheres da classe trabalhadora. Araújo e Lombardi vão dizer que:

Os tempos de trabalho dos informais são menos padronizados e mais flexíveis do que aqueles que possuem contratos formais, e a diferença de gênero reside na maior participação das mulheres em colocações de jornada reduzida, sobretudo desempenhando funções de trabalhadoras domésticas e por conta própria. As mais longas jornadas de trabalho - superiores a 44 horas por semana - foram verificadas entre os homens no trabalho informal. Pode-se supor, portanto, que, no que tange à jornada do trabalho, há duas tendências na informalidade conforme o sexo do trabalhador. A primeira tendência é o aumento da exploração do ocupado pela ampliação da sua jornada de trabalho, e a segunda favorece a inserção de mulheres principalmente em trabalhos com jornadas reduzidas, o que indica a necessidade de combinar as atividades remuneradas com o trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 24).

Entretanto, ainda que grande parte dos(as) empreendedores(as) sejam provenientes da classe trabalhadora assalariada, o enaltecimento que há, faz com que eles(as) não sejam vistos como classe trabalhadora, já que eles(as) são seus “próprios patrões”. O empreendedorismo é, assim, visto como um meio de “mobilidade social”, como a “solução” do problema do desemprego, o que gera a “[...] crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem ser nem ao menos uma alternativa ao desemprego” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 439). No entanto, para empreendedores(as) brancos(a) o empreendedorismo

pode ser uma alternativa de ascensão, uma vez, que eles(as) não são preteridos em nenhuma área ou atividade. São, portanto, vistos como empresários e donos de grandes empreendimentos e, para além da questão instável e informal, não enfrentam na maioria das vezes nenhum outro empecilho – claro que, no caso de uma empreendedora, ela será afetada pelo patriarcado. No entanto, para o empreendedor negro a ascensão a partir do empreendimento não acontece na grande maioria das vezes, uma vez que, além de não ser visto como um trabalhador(a) formal assalariado(a), ele também não é visto como autossuficiente, e, portanto, como empreendedor(a).

Isso, portanto, se torna problemático, desde o âmbito da luta de classes. Empreendedores que não se identificam enquanto classe trabalhadora, expressam a incompreensão sobre a situação de precarização que se encontram e que também atinge todo o conjunto da classe trabalhadora, tanto formais como informais. Esse ideário burguês de não fazer parte dos despossuídos dos meios de produção, é o que muitas vezes trava as lutas contra esse sistema. Com uma visão um pouco mais abrangente sobre nossa realidade, é possível identificar que o sistema em que vivemos tende a um discurso de inclusão que, de fato, não existe. Por isso, incentiva a identificação de 53 milhões de pessoas como empreendedores e empreendedoras, como uma maneira de minimizar os efeitos desastrosos das recorrentes e constantes crises capitalistas. Isso significa pouco mais de $\frac{1}{4}$ da população brasileira desamparada de direitos e tendo que fazer qualquer coisa para que consigam suprir todas as despesas necessárias para a sobrevivência.

Standing esclarece:

Além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma *identidade* baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa nas práticas estáveis, código de

ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. O precariado não se sente parte de uma comunidade trabalhista solidária. Esse fato intensifica um sentimento de alienação e instrumentalidade no que ele tem de fazer. As ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo. Não há “sobra de futuro” pairando sobre suas ações, para lhes dar um senso de que o que dizem, fazem ou sentem hoje terá um forte ou obrigatório efeito em suas relações de longo prazo. [...] Para alguns há liberdade em não ter nenhum comprometimento moral ou comportamental que defina uma identidade ocupacional (STANDING, 2013, p. 31).

A precariedade dos modelos de trabalhos temporários, e isso inclui o empreendedorismo, contribui para uma não identificação entre esses(as) trabalhadores(as), cada um em sua necessidade de inovar para conseguir se reproduzir, gera essa não organização enquanto um grupo que sofre com as mesmas dinâmicas de exploração. A falta de um contrato também gera esse não compromisso, o que desencadeia a não reivindicação do rompimento dos aparatos de exploração burgueses, resultando numa realidade não insurgente e favorável aos mecanismos de opressão e exploração, que dá continuidade ao modelo de produção e de acumulação, que reproduz uma realidade cada vez mais desalentadora para todo o conjunto da classe trabalhadora.

Antunes vai dizer sobre a importância da organização da classe trabalhadora para superação exploração de classe:

Todo amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando

enquanto *classe*, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista (ANTUNES, 2006, p. 94).

Há outras reivindicações sociais, como as do movimento negro, do movimento feminista e LGBTQI+. Embora existam fragmentações, esses movimentos têm mostrado a importância de se articularem enquanto um grupo para combaterem as opressões que os atingem. No entanto, as diversas organizações desses movimentos tendem a nuances liberais, e, portanto, dificultam uma visão mais clara sobre a realidade concreta que os atinge também enquanto classe trabalhadora.

Considerações finais

Podemos perceber que a racialização das pessoas está totalmente relacionada com seus lugares de pertencimentos, e, contudo, no papel social que exercem, determinando seus lugares enquanto trabalhadores(as). Assim, percebermos que embora toda a classe trabalhadora, homens e mulheres, negros e brancos estejam submetidos a exploração de classe, outras determinações como gênero e raça conformam também a classe trabalhadora intensificando a exploração e opressão.

Com as reivindicações do MNU em paralelo a Tabela 1, observamos que a população negra encontrava obstáculos para se formalizar, e, embora alguns conseguissem, os(as) trabalhadores(as) brancos(as) eram os protagonistas em todas as ocupações em que era indispensável formação técnica e prestígio. Dessa forma, o racismo, o machismo e o empobrecimento são condições sociais concretas de acumulação de capital, que se materializam pela desumanização de um povo, que sofre com as construções históricas e que agora tem a precarização como mais uma dessas marcas históricas.

Dessa maneira, o período da reestruturação produtiva foi o momento de hegemonização da precarização e da informalidade, isso porque a relação da população negra com o mundo do trabalho já estava

constituída dessa maneira. A partir daquele momento, a população negra teve de compartilhar a informalidade com o seu “adversário” do trabalho formal, o trabalhador(a) branco(o).

Assim, percebemos através das literaturas que para os empreendedores brancos o empreendedorismo significa não somente sobrevivência, mas também ascensão social, onde ter o próprio negócio é o auge dessa ascensão. No entanto, para a população negra, o empreendedorismo significa puramente sobrevivência, uma vez que se submetem a ele porque ainda enfrentam o preterimento enquanto trabalhadores(as) formais.

Concluimos, então, que a precarização do trabalho perpassa de maneira desigual a classe trabalhadora brasileira que é diversa e composta por múltiplas determinações. Dessa maneira, para superarmos as opressões específicas a cada indivíduo e a exploração geral da classe trabalhadora, será necessário a união para a luta anticapitalista.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte: Feminismos Plurais, 2018.

ALVES, G. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho*. [S.l.]: Boitempo, 2000.

ALVES, M. A. TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Campinas: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez, 2006.

- ARANDIA, A. K. O Mercado de Trabalho Frente à Crise dos Anos 80 e aos Planos de Estabilização. *Indicadores Econômicos FEE*, 1991. 148-164.
- ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. “Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI.” *Cad. Pesqui*, São Paulo, agosto 2013. 452-477.
- BEDIN, G.; NIELSSON, J. “A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências.” *SCIELO*, Ponta Grossa, p. 27-41, 2013.
- BIFF, M. et al. Empreendedorismo e Inovação: o perfil da América Latina. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Junho 2017.
- DOMINGUES, P. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.” *Tempo*, p. 100-122, março 2007.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia no Livro, 1972.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classe - volume 1*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008[1964].
- GEM. “Empreendedorismo no Brasil 2019.” [S.l.]: [s.n.], 2019. 5-29 p.
- GONZALEZ, L; HASENBALG, C. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1982.
- HARVEY, D. *O NEOLIBERALISMO: histórias e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008[2005].
- IBGE. “Desigualdade por Cor e Raça no Brasil.” *IBGE*, 2019.
- MNU. *Carta de Princípios. Movimento Negro Unificado*. [S.l.], p. 3. 1978.
- MOURA, C. *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*. IBEA, 1983.

- OLIVEIRA, L.; PORCARO, R.; ARAÚJO, T. *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2001 [1987].
- SOTELO, A. *A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- SOTELO, A. *Precariado ou Proletariado*. [S.l.]: Práxis, 2016.
- STANDING, G. *O Precariado a Nova Classe Perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- VALE, G. "Empreendedorismo Marginalidade e Estratificação Social." *Revista de Administração de Empresas REA*, São Paulo, v. 54, p. 310-310, 2014.